

Prof Luis S Y 15/20
NEC - PP

CAPÍTULO XII

TEORIA DO *SELF* DE ROGERS

Através da longa história da curiosidade do homem pelas causas da sua conduta, e a partir de 1860, quando a psicologia se tornou uma ciência, a questão de um agente psíquico que regula, guia e controla o comportamento tem sido freqüentemente apresentada e discutida. Talvez o conceito mais popular de uma entidade interna que molda os destinos do homem seja o referente à alma. De acordo com a teoria da alma, o fenômeno mental é concebido como a manifestação de uma substância específica, inteiramente diferente da substância material. No contexto do pensamento religioso a alma é considerada como imortal, livre, de origem divina. Com o advento da psicologia científica, a idéia de alma ou de qualquer outro agente psíquico, como mente, vontade, ego, ou *self* vem sendo rejeitada.

Nesses últimos anos, porém, tem havido um ressurgimento do interesse dos psicólogos pelo conceito de *self*. William James, em seu famoso capítulo sobre o *self*, no livro *Principles of Psychology* (1890, cap. X), prepara o cenário das teorias contemporâneas, e muito do que se tem escrito, hoje em dia, sobre o *self* e o ego deriva, direta ou indiretamente, dele. Esse autor define o *self* ou o Eu Empírico, no seu sentido mais geral, como a soma total de tudo aquilo que o homem pode afirmar como seu: corpo, traços, habilidades; seus bens materiais; sua família, amigos e inimigos; suas ocupações, etc. James discute o *self* sob três pontos de vista: 1) seus elementos constitutivos, 2) sentimentos próprios, 3) as ações da autovalorização e da autopreservação. Os elementos do *self* são: o *self* material, o *self* social, o *self* espiritual e o Ego puro. O *self* material é constituído de bens materiais, o social representa a maneira como a pessoa é vista pelos outros, o *self*

espiritual consiste das disposições e faculdades psicológicas. James trabalhou bastante com o conceito de Ego puro e concluiu que para a ciência psicológica o Ego pode ser definido como a corrente da consciência que constitui o sentido pessoal de identidade.

O termo *self*, como é usado na moderna psicologia, veio a ter dois significados distintos. Por um lado, significa as atitudes e sentimentos da pessoa acerca de si mesma, e, por outro lado, é considerado como um grupo de processos psicológicos que governam o comportamento e o seu ajustamento. O primeiro refere-se ao *self-como-objeto*, pois indica as atitudes, os sentimentos, as percepções e a avaliação que a pessoa tem de si mesma como objeto. Nesse sentido, o *self* é o que uma pessoa pensa de si mesma. O segundo significado é o do *self-como-processo*. O *self* é um agente, no sentido em que reúne um grupo de processos ativos como pensar, lembrar, perceber.

As duas concepções são tão diferentes que seria melhor buscar denominações distintas para cada uma delas. Alguns escritores adotam o termo *ego* quando desejam referir-se ao grupo de processos psicológicos, reservando o termo *self* para o sistema que a pessoa adota de julgar a si mesma. Entretanto, essa convenção não é aceita universalmente. As vezes, os termos *self* e *ego* são empregados em um sentido justamente oposto àquele que acabamos de expor. Ocasionalmente um deles, seja o *self* ou o *ego*, é usado indiscriminadamente, tanto em um sentido como em outro.

Deve-se observar e compreender, claramente, que nenhuma teoria moderna sobre o *self* sustenta que haja um agente psíquico ou "homúnculo interno" que regula a ação humana. O *self*, seja considerado como processo ou como objeto, ou mesmo ambos, não é considerado como um "homúnculo" ou alma. Pelo contrário, refere-se ao objeto do processo psicológico ou aos processos em si, entendidos como sendo governados pelo princípio da causalidade. Em outras palavras, o *self* não constitui um conceito metafísico ou religioso; trata-se de um conceito que cai no domínio da psicologia científica. A teoria do *self* representa uma séria tentativa de tomar conhecimento de certos fenômenos e conceitualizar a observação pessoal de certos aspectos do comportamento. Ao referir-se ao *self* como um agente, o teórico não pretende senão dar um nome para designar um grupo de processos.

Em capítulos anteriores, vimos que um certo número de estudiosos da personalidade apresentou contribuições para o conceito do *self*. Neste capítulo focalizaremos mais diretamente esse conceito examinando o seu papel nas teorias atuais da personalidade. Para esse trabalho, escolhemos a teoria de Rogers por constituir a apresentação mais desenvolvida da teoria do *self*. Além disso, Rogers apoiou suas especulações em muitos dados empíricos. Antes de discutir o seu ponto de vista, faremos uma revisão rápida de outras contribuições de valor feitas por um grupo de psicólogos quanto à maneira de empregar os conceitos do *self* e de ego. Por essa breve revisão poderemos observar que não há um acordo geral quanto à maneira em que esses dois termos devem ser empregados.

PONTOS DE VISTA REPRESENTATIVOS DO SELF E DO EGO

O SELF E O EGO DE SYMONDS

Um bom ponto de partida se encontra no opúsculo de Symonds denominado *The ego and the self* (1951). Seguindo a teoria psicanalista, ele define o ego como um grupo de processos tais como percepção, pensamento, lembrança, que são responsáveis pelo "desenvolvimento e execução de um plano de ação para satisfazer os impulsos inatos" (p. 4); e o *self*, como a maneira pela qual o indivíduo reage a si mesmo. O *self* consiste de quatro aspectos: 1 — como a pessoa percebe a si mesma; 2 — o que ela pensa de si mesma; 3 — como se avalia; 4 — como, através de várias ações, ela tenta se realçar ou se defender. Symonds mostra que nem sempre a pessoa pode estar consciente dessas percepções, concepções, avaliações e reações defensivas. Conscientemente, uma pessoa pode ter um conceito de si mesma e, inconscientemente, ter uma opinião contrária. Pode não estar consciente do fato de estar em atitude defensiva quando se percebe de certo modo. Symonds previne o leitor contra a aceitação daquilo que uma pessoa diz a respeito de si própria como representação precisa de sentimentos reais. Nesse sentido cita experiências de Wolff (1933, 1935) e Huntley (1940), que mostram que a avaliação consciente do *self* não concorda, necessariamente, com a avaliação inconsciente.

Symonds acredita que há uma interação considerável entre o *self* e o *ego*. Se os processos do *ego* se relacionam perfeitamente com as necessidades internas e a realidade exterior, a pessoa tende a pensar bem de si mesma. Portanto, quanto maior é a auto-estima, melhor será o funcionamento dos processos do *ego*. Em geral, o valor do *ego* deve, primeiramente, ser demonstrado, para que a pessoa possa ter auto-estima e autoconfiança.

O *SELF* FENOMENAL DE SNYGG E COMBS

Snygg e Combs consideram-se fenomenologistas, pois acreditam que "todo comportamento, sem exceção, está inteiramente em função do campo fenomenológico, onde o organismo atua" (1949, p. 15). O campo fenomenológico consiste da totalidade de experiências das quais a pessoa toma consciência no momento da ação. Essa tomada de consciência pode variar de um nível mais baixo a um mais elevado, embora se presuma que nunca possa chegar a ser completamente inconsciente. Eles acreditam que a psicologia precisa aceitar a idéia, comumente propalada, de que a consciência é a causa do comportamento, e que o que a pessoa pensa e sente determina o que irá fazer.

O *self fenomenal* diferencia-se do campo fenomenológico. Este *self fenomenal* "inclui todas as partes do campo fenomenológico que o indivíduo experimenta como parte ou característica de si mesmo" (1949, p. 58). À primeira vista poderá parecer que o *self fenomenológico* de Snygg e Combs é uma variedade do conceito do *self-como-objeto* mas uma análise mais detalhada revela que o *self fenomenológico* é tanto objeto como agente. É agente por ser também um aspecto do campo fenomenológico que determina todo o comportamento. É objeto porque ele consiste de experiências próprias. Portanto, o *self* de Snygg e Combs é objeto e agente ao mesmo tempo.

Em comunicação pessoal aos autores, Combs estabelece sua posição quanto a empregar o *self* com este duplo aspecto de objeto e de processo.

Parece-me que isto é muito possível, aliás, é a característica de todas as coisas que conhecemos no mundo da ciência, isto é, que toda organização é composta de certas partes e, ao mesmo tempo, afeta as organizações circunvizinhas. Assim, uma rocha é feita de certas moléculas e, por isso, é um produto. Pela sua própria existência, a pedra produz efeito sobre o meio que a

cerca e no qual existe, sendo, por isso, também um processo ou uma dinâmica. De igual modo, o *self* é composto de percepções relativas ao indivíduo, e a organização dessas percepções, por sua vez, produz efeitos vitais sobre o comportamento do indivíduo.

O SELF SUBJETIVO DE LUNDHOLM

Lundholm (1940) fez uma distinção prática entre o *self* subjetivo e o *self* objetivo. O *self* subjetivo consiste daqueles símbolos, como, por exemplo, as palavras, em função dos quais o indivíduo toma consciência de si mesmo, enquanto que o *self* objetivo consiste de símbolos através dos quais outros descrevem o indivíduo. Em outras palavras, o *self* subjetivo é o que a própria pessoa pensa de si, e o objetivo o que as outras pessoas pensam dela. Lundholm, mostra que a figura do *self* subjetivo não é fixa, mas possui certa elasticidade, em função de fatores tais como cooperação e conflito com outros, e do grau de esforço necessário para efetuar determinado trabalho. Lundholm não faz menção do ego.

O EGO DE SHERIF E CANTRIL

No seu livro *The psychology of ego-involvements* (1947), Sherif e Cantril definem o ego como uma constelação de atitudes do tipo "o que eu penso de mim, o que eu valorizo, o que é meu e com que eu me identifico". Com isso, definem o ego como um *self*-como-objeto e não como o ego ativo da teoria psicanalista. Eles asseguram que "à parte a constelação dessas atitudes do ego, não existe outra entidade que seja considerada como tal" (1947, p. 4). Segue-se daí que seu ego é algo mais que um *self*-como-objeto, pois o ego, envolvendo-se, motiva o comportamento. Todo o livro está repleto de estudos e exemplos do ego-como-objeto. Sherif e Cantril sustentam que, quando as atitudes do ego (*self*) são ativadas, dinamizam, dirigem e controlam o comportamento da pessoa. Existem outros motivos do não-ego que realizam a mesma coisa, mas uma das principais teses do livro é que as atitudes do ego são motivadores mais efetivos do comportamento do que os motivos do não-ego. Assim, quando se indica uma tarefa a uma pessoa ela a fará de maneira mais ou menos perfunctória, a menos que as atitudes do ego sejam incentivadas. Se ela sente, por exemplo, que dessa realização depende sua autovalorização ela fará um esforço maior. Pode parecer decepcionante para os leitores do

livro (ver Scheerer, 1948), que Sherif e Cantril não tenham feito uma clara diferenciação entre o *self*-como-objeto e o ego-como-processo.

O SELF DE SARBIN

Sarbin (1952) considera o *self* como uma estrutura cognitiva que consiste das idéias de uma pessoa a respeito de vários aspectos de sua existência. Uma pessoa pode ter concepções do seu corpo (*self* somático), dos órgãos dos sentidos e da musculatura (*self* receptor-motor) e do comportamento social (*self* social). Esses *selves* que constituem subestruturas da estrutura cognitiva total são adquiridos pela experiência. Como consequência, Sarbin trata-os como *selves* empíricos. Ele acredita que os diversos *selves* aparecem em uma seqüência regular de desenvolvimento; primeiro, o *self* do corpo e só mais tarde, o *self* social. Sarbin utiliza os termos *ego* e *self* indiferentemente e não se ocupa do desenvolvimento de uma teoria do ego-como-processo.

O SELF E O EGO DE BERTOCCI

Depois de criticar Allport por haver utilizado o termo ego com o duplo sentido de processo e objeto de conhecimento, Bertocci (1945) recomenda o uso de diferentes termos para designar os dois sentidos em que Allport emprega o termo único de ego. Bertocci chama *self* ao ego-como-processo, e *ego* ao *self*-como-objeto, o que constitui uma inversão completa dos significados comuns dos dois termos. O *self* de Bertocci consta de uma atividade complexa e unitária de sensação, memória, imaginação, percepção, desejo, sentimento e pensamento. Esse é o ego de Freud. O ego de Bertocci, por outro lado, é um conjunto de valores que podem agrupar-se em forma de traços com os quais o *self* se identifica. O ego de Bertocci assemelha-se ao ego de Sherif e Cantril.

O SELF INFERIDO DE HILGARD

Em seu discurso presidencial ante a Associação Americana de Psicólogos em 1949, Hilgard (1949) chamava a atenção para a necessidade de um estudo do *self* como elemento indispensável para a completa compreensão dos mecanismos de defesa de Freud. Todos esses mecanismos, diz Hilgard, implicam

em auto-referência. "Sentir-se culpado é conhecer o *self* como um agente capaz de boas e más ações. Assim, parece que quando os sentimentos de culpa dominam a ansiedade, aparece a auto-referência. Se desejamos compreender a defesa de uma pessoa contra seus sentimentos de culpa, devemos conhecer algo a respeito da imagem que faz de si mesma" (1949, p. 350). Isso é o que quer dizer Hilgard a respeito do *self*, como a imagem que a pessoa faz de si mesma.

Hilgard procura determinar a natureza da auto-imagem ou do autoconceito. Não aceita o método de indagar à pessoa o que pensa de si mesma, porque crê que a auto-imagem consciente pode ser deformada por fatores inconscientes. Hilgard prefere inferir a auto-imagem de material não introspectivo, como as técnicas projetivas, entrevistas clínicas e outras. A imagem derivada de tal material chama-se *self-inferido*.

Em seu discurso, Hilgard oferece uma pista valiosa sobre a razão pela qual existem dois conceitos sobre o *self*: o *self-como-processo* e o *self-como-objeto*. Diz ele que, de fato, a pessoa tende a ver a si mesma como agente do próprio comportamento. O que pretende e deseja, realiza. Para o homem comum o comportamento parece ser completamente auto-determinado e, como consequência, ele se considera responsável por suas ações. Para Hilgard, essa imagem não corresponde à realidade. O comportamento não é o produto do *self*; é produto de um complexo de processos psicológicos ativados por estímulos próximos e distantes, e dos quais a pessoa não está advertida. Até mesmo psicólogos cometem o erro de acreditar que o *self* é um agente ativo, determinador do comportamento, e, por isso, confundem o *self-como-objeto* com o *self-como-agente*.

O SELF DE STEPHENSON

Em seu livro *The study of behavior* (1953), Stephenson apresenta uma nova metodologia para o estudo das noções que uma pessoa tem de si mesma. Ele pouco se preocupa com qualquer conceito que se refira a um agente psíquico determinante do comportamento. Ele acredita que uma pessoa pode pensar e falar a respeito de si mesma, do mesmo modo como pensa e fala a respeito dos outros, e que essas reflexões constituem uma parte de seu comportamento, tanto quanto tudo o mais que a pessoa faça. Stephenson estabeleceu um *rationalc* e

criou os instrumentos básicos, aos quais chama de metodologia Q, para o estudo quantitativo das reflexões que a pessoa faz a seu próprio respeito. Essa metodologia tem sido amplamente usada pelos psicólogos que estudam o *self* (p. 491-496).

O *SELF* E O EGO DE CHEIN

Estimulado pelo discurso de Allport sobre o Ego na psicologia contemporânea (1943), Chein (1944) tentou formular uma teoria unificada do ego e do *self*. O *self*, para ele, não é objeto de conhecimento como é o corpo, mas é o conteúdo do conhecimento e não possui realidade à parte do mesmo. É aquilo de que tomamos consciência quando usamos o termo autoconsciência. O *self* nada realiza; realizar é função do ego. O ego é uma estrutura motivacional-cognitiva construída em torno do *self*. Os motivos e idéias do ego servem para defender, expandir, melhorar e preservar o *self*. Quando o *self* está em perigo, o ego o ajuda. Contudo, nem todos os motivos e pensamentos de uma pessoa pertencem ao ego; existe uma outra parte da personalidade, o não-ego, que também determina a ação. Em consequência, em algumas atividades, o ego está envolvido e, em outras, não.

O ponto de vista de Chein sobre o ego e o *self* parece estar de acordo com aquela concepção de que o *self* é a consciência que a pessoa tem de si mesma, enquanto que o ego constitui um grupo de processos. O aspecto distintivo do seu ponto de vista é que existem outros processos que determinam o comportamento, além dos que estão incluídos no ego. Chein não diz se esses processos se parecem com o id e o superego de Freud, ou com o inconsciente de Jung.

O *SELF* DE MEAD

Um dos filósofos sociais mais influentes do nosso tempo, George Mead, criou uma concepção do *self* que tem causado um forte impacto no pensamento psicológico (1934). O *self* de Mead é um objeto de conhecimento mais do que um sistema de processos. Desenvolve-se do seguinte modo. A princípio não existe *self*, porque uma pessoa não pode entrar diretamente em sua própria experiência. Ela não é naturalmente autoconsciente. Ela pode experimentar outras pessoas como objeto mas, inicialmente, não se considera como objeto. Entretanto, outras

pessoas reagem a ela como objeto, e essas reações são experimentadas por ela. Como consequência dessas experiências a pessoa aprende a pensar em si mesma como objeto e a ter atitudes e sentimentos sobre si mesma. Reage a si mesma como objeto de igual modo como os outros reagem a ela. O *self* de Mead é um *self* socialmente formado. Só pode surgir em um ambiente social onde existe comunicação social. "A pessoa torna-se *self* na medida em que pode tornar a atitude de outrem e agir em relação a si mesma como os outros agem" (1934, p. 171).

Mead diz que se podem desenvolver muitos *selves*, cada qual representando um conjunto, mais ou menos separado, de respostas adquiridas de diferentes grupos sociais. Por exemplo, o *self* familiar, que representa atitudes expressas pela família, um *self* escolar, que representa atitudes expressas pelos professores e colegas, e muitos outros *selves*.

O SELF E O EGO DE KOFFKA

Para Koffka (1935), o ego constitui uma parte segregada do campo total. Permanece incrustado no ambiente do comportamento que o rodeia e com o qual mantém interação. A segregação do ego do campo total é o resultado de experiência de caráter diverso ou heterogêneo. A pessoa se percebe como algo que ocupa espaço entre o que está na frente e atrás, acima e abaixo. Portanto, a pessoa tem vários tipos de experiências dessa entidade espacialmente segregada, e essas experiências se fundem pelo princípio da proximidade, para formar o ego. Há experiências conscientes e inconscientes. As primeiras constituem o *ego fenomenológico*, nome dado por Koffka ao conceito de *self-como-objeto*.

Koffka, porém, deixa bem claro que o ego é tanto agente quanto objeto. Consiste de sistemas de tensão que atuam em conjunto com o ambiente. Mudanças no comportamento se atribuem a mudanças "no grande campo gúestáltico do Ego". Nesse aspecto o ego de Koffka se parece com o conceito de pessoa de Lewin, semelhança que o próprio Koffka reconhece. O ego trabalha como uma organização de sistemas de tensão. Koffka complica o quadro porque introduz um outro conceito: o de executivo. Este controla o comportamento, mas fica separado do ego. Koffka não esclarece porque é necessário postular um executivo, tanto quanto um ego.

Além do ego, que é tanto objeto quanto processo, e do executivo, que é um processo, Koffka também reconhece o *self*. O *self* é o núcleo do ego.

OUTROS PONTOS DE VISTA A RESPEITO DO EGO E DO SELF

Outras formulações feitas sobre o ego e o *self* por teóricos da personalidade são apresentadas em diversos capítulos deste livro: Freud (pp. 48-49), Jung (pp. 103-104), Adler (pp. 146-147), Sullivan (pp. 162-163), Allport (pp. 299-300) Murphy (pp. 554-555), Angyal (p. 354), Cattell (pp. 441-442) e Murray (p. 195).

Por esta breve revisão de algumas das formulações atuais a respeito do *self* e do ego, mais uma vez se confirma a conclusão de que não há concordância entre os autores quanto à forma de utilizar esses dois termos. Seria impossível pensar em impor uma definição estandardizada. No mundo mais ou menos livre da ciência, isso não é possível. Havendo liberdade no pensamento científico, as divergências não se resolvem por imposição de normas. Deve-se lograr um acordo mútuo, por um processo mais lento, mas democrático, através de livres discussões e do consentimento comum.

A TEORIA DO SELF DE CARL ROGERS

Aos olhos do mundo psicológico, Carl Rogers se identifica com o método de psicoterapia que ele criou e desenvolveu. Esse tipo de terapia se chama não diretiva, ou centralizada no cliente. Nas palavras que seguem o autor mostra o valor desse tipo de terapia, quando efetuada em condições ideais.

...Significa que o terapeuta entra em uma relação inteiramente pessoal e subjetiva com seu cliente — não como um cientista diante de um objeto de estudo, não como um médico que espera fazer diagnóstico e curar, mas, de pessoa para pessoa. Significa que o terapeuta considera o cliente como uma pessoa de valor incondicional, não importando qual seja sua condição, seu comportamento e seus sentimentos. Significa que o terapeuta é capaz de compreender o cliente, que não existem barreiras interiores que o impeçam de sentir o que o paciente sente, em cada momento da entrevista, e que pode comunicar ao cliente sua própria compreensão. Significa que o terapeuta deve estar à vontade nessa relação, mesmo que não saiba com segurança aonde chegará, satisfeito em poder criar um clima no qual o paciente se sinta à vontade também. Ao cliente essa terapia proporciona uma explo-

ração de sensações estranhas, desconhecidas e, até mesmo, perigosas, dentro dele mesmo; essa exploração só sendo possível à medida que ele vai, aos poucos, percebendo que é incondicionalmente aceito. Assim, ele se familiariza com elementos de sua experiência que, no passado, não foram vivenciados por terem sido julgados perigosos e prejudiciais para a estrutura do *self*. Nesse relacionamento ele pode vivenciar sensações plena e completamente, de tal modo que, em dado momento, ele é o seu medo, sua raiva, sua ternura, sua força. E, à medida que vai vivenciando essas variadíssimas sensações em todos os seus graus de intensidade, descobre que se experimentou e que é todas essas sensações. Sente que seu comportamento vai mudando, de uma forma construtiva, de acordo com o *self* experimentado pela primeira vez. Descobre que não precisa mais reatar o que vivenciou e que pode receber essas experiências livremente, como parte do seu *self* em mudança e em desenvolvimento (1955b, p. 2-3).

Para outras discussões importantes a respeito dessa terapia centralizada no cliente, ver Rogers, 1955c. A mais completa apreciação pode ser encontrada na obra de Rogers *Client-centered therapy* (1951).

A terapia não diretiva ganhou popularidade entre os psicólogos clínicos, em parte porque se relaciona historicamente mais com a psicologia do que com a medicina. É um método fácil de se aprender e quase não requer conhecimento do diagnóstico e da dinâmica da personalidade. Além disso, o tratamento é relativamente breve, em comparação, por exemplo, com a psicanálise. Alguns clientes dizem ter sido beneficiados com poucas sessões terapêuticas.

No entanto, a psicoterapia não é objeto deste livro, e nós apenas a mencionamos porque a teoria da personalidade, segundo Rogers, surgiu de suas experiências com a terapia centrada no cliente. As observações terapêuticas proporcionaram a Rogers "um precioso material de observação, de valor extraordinário para o estudo da personalidade" (1947, p. 358).

Carl Rogers nasceu em Oak Park, Illinois, em 8 de janeiro de 1902, "filho do meio de uma família grande, unida, onde o duro trabalho e um protestantismo altamente conservador eram igualmente reverenciados" (1955a, p. 2). Aos doze anos de idade, sua família mudou-se para uma fazenda, onde ele iniciou seu interesse pela ciência da agricultura. Esse interesse pelas ciências se concretizou na universidade, onde dirigiu seus estudos, nos primeiros tempos, para as ciências físicas e biológicas. Depois de graduar-se na Universidade de Wisconsin no ano de 1924, frequentou o Seminário Teológico

Unido, em Nova York, onde recebeu influência de uma visão filosófica e liberal da religião. Transferindo-se para o Teachers College da Universidade Columbia, foi influenciado pelas idéias de John Dewey e foi introduzido na psicologia clínica por Leta Stetter Hollingworth. Obteve o grau de mestre em 1928 e seu doutorado em 1931, ambos na Universidade de Columbia. Suas primeiras experiências práticas em psicologia clínica e psicoterapia foram feitas como interno do Institute for Child Guidance, de forte tendência freudiana. Sobre essa experiência, diz ele: "foi agudamente sentida a forte e brusca incompatibilidade entre o pensamento freudiano, altamente especulativo, do Instituto, e os pontos de vista altamente estatísticos e thomlikenos do Teachers College" (1955a, p. 3).

Após receber o grau de doutor em psicologia, Rogers passou a pertencer à equipe técnica do Rochester Guidance Center, do qual veio a ser Diretor.

A equipe era eclética, constituída de elementos de variada procedência, e nossas discussões sobre métodos de tratamento baseavam-se na experiência diária com nossos clientes (crianças, jovens e adultos). Era o princípio de um esforço que muito significou para mim, e com o qual podíamos descobrir a ordem que existe em nossas experiências ao trabalhar com pessoas. O livro *Clinical Treatment of the Problem Child* (1939) foi um dos resultados desse esforço (1955a, p. 3).

Durante esse período, Rogers foi influenciado por Otto Rank, que, naquela época, havia se separado da linha ortodoxa de Freud.

Em 1940, Rogers foi convidado a ocupar a cátedra de Psicologia na Universidade de Ohio. Essa mudança do ambiente clínico para o acadêmico foi realmente dura para Rogers. Estimulado pelas críticas e pelo interesse dos estudantes graduados, Rogers sentiu-se compelido a expressar mais claramente seus pontos de vista sobre psicoterapia, o que originou seu livro *Counseling and Psychotherapy* (1942). Em 1945, foi professor de psicologia na Universidade de Chicago e secretário executivo do Centro de Aconselhamento, posição que ocupa atualmente. Foi presidente da Associação Americana de Psicologia, no período de 1946-1947.

Ao avaliar as influências sobre seu pensamento, Rogers ressalta

...a contínua experiência clínica com indivíduos desajustados. Desde 1928, durante quase trinta anos, dedicando 15 a 20 sessões semanais, com exceção de períodos de férias, tentei compreender e ajudar, terapêuticamente, esses indivíduos. Para mim, esse foi o maior estímulo ao meu pensamento psicológico. Dessas horas e das minhas relações com essas pessoas, logrei obter o máximo de compreensão sobre o significado da terapia, da dinâmica das relações inter-pessoais e da estrutura e funcionamento da personalidade (1955a, p. 5).

A teoria de Rogers sobre a personalidade representa uma síntese da fenomenologia de Snygg e Combs, da teoria holista e da organísmica, como são vistas por Goldstein, Maslow e Angyal, da teoria interpessoal de Sullivan e da teoria do *self*, pela qual o próprio Rogers é responsável, embora ele reconheça a contribuição de Raimy (1943) e de Lecky (1945).

Os principais componentes conceptuais de sua teoria são 1) o *organismo*, que é o indivíduo total; 2) o campo *fenomenológico*, que é a totalidade da experiência; 3) o *self*, que é uma parte diferenciada do campo fenomenológico e consiste de um conjunto de percepções conscientes e de valores do "eu" e do "me". O organismo possui as seguintes propriedades: a) reage ao campo fenomenológico como um todo organizado a fim de satisfazer suas necessidades; b) possui um motivo básico: o de realizar-se, manter-se e melhorar; c) pode simbolizar suas experiências, a fim de que se tornem conscientes, ou pode negar-lhes a simbolização, para que permaneçam inconscientes, ou, ainda, pode ignorá-las. O campo fenomenológico tem a propriedade de ser tanto consciente como inconsciente, dependendo de que as experiências, que constituem o campo, sejam simbolizadas ou não. (Nota: experiências não simbolizadas permanecem inconscientes)

O *self*, na teoria de Rogers, é um conceito nuclear da personalidade e possui numerosas propriedades, tais como: a) estabelece interação do organismo com o meio; b) pode introjetar valores dos outros e percebê-los de forma distorcida; c) procura lograr consistência; d) o organismo reage de maneira condizente com o *self*; e) experiências não condizentes com a estrutura do *self* são percebidas como ameaçadoras; f) o *self* pode mudar, como resultado da maturidade e da aprendizagem.

A natureza desses conceitos e suas inter-relações estão consubstanciadas em uma série de 19 proposições. Vamos apre-

sentá-las e discuti-las na mesma ordem em que Rogers as expõe em seu livro *Client-centered therapy* (1951).

1. "Todo indivíduo vive em um mundo de experiências em contínua mudança, do qual ele é o centro" (p. 483). O "mundo de experiências em constante mudanças" constitui o campo fenomenológico de Snygg e Combs, mesmo que Rogers não aceite o que esses autores parecem aceitar: que todas as experiências são percebidas conscientemente. De fato, Rogers afirma que "provavelmente (apenas) pequena porção é conscientemente percebida" (p. 483). Por experiência, entende-se tudo o que acontece dentro do organismo, em qualquer momento, inclusive os processos fisiológicos, impressões sensoriais e atividades motoras. No entanto, a maioria das experiências inconscientes podem transformar-se em conscientes, quando há necessidade. Na terminologia psicanalítica, elas existem, não tanto no inconsciente, mas no pré-consciente. O conhecimento interior, segundo Rogers, consiste naquilo que pode ser simbolizado; é um atributo da figura do campo fenomenológico cujas bases são mais ou menos inconscientes.

Rogers acredita que este mundo de experiências pessoais só pode ser conhecido "no sentido genuíno e completo" pelo próprio indivíduo. O psicólogo, com seus métodos de identificação e medida das propriedades dos estímulos e com suas provas para avaliar a personalidade, não pode conhecer tão bem o campo fenomenológico do indivíduo quanto o próprio indivíduo. Claro está que é possível que a pessoa nunca chegue a desenvolver este autoconhecimento, mesmo que possua potencial para tal.

Segundo esta proposição, a pessoa é a melhor fonte de informação de si mesma. Suas verbalizações são simbolização de experiência interior, e o psicólogo só pode saber o que existe em seu mundo privado, ouvindo a pessoa. A situação da terapia centrada no cliente, com sua ênfase na aceitação incondicional de tudo o que diz o cliente, cria uma atmosfera especialmente agradável para a obtenção de livres e naturais relatos.

2. "O organismo reage ao campo conforme o percebe e o experimenta. Este campo de percepção é, para o indivíduo, a realidade (1951, p. 484)". Esta proposição explica que a pessoa não reage a estímulos externos nem a seus distúrbios internos como tais, e sim às suas experiências, advindas de condições estimulantes ou motivadoras. O que ela considera

verdade, mesmo que não o seja, é uma realidade, e esta realidade subjetiva é que determina seu comportamento. Portanto, um conhecimento do estímulo não basta para se conhecer o comportamento; deve-se conhecer a percepção pessoal do estímulo. Não se pode prever, por exemplo, que uma pessoa tenha posto sal no café, a não ser que se soubesse, pela própria pessoa, que ela acreditava que fosse açúcar. Esta proposição também explica por que as pessoas reagem de maneira diferente à mesma situação e de modo semelhante a situações diferentes.

Rogers admite que a pessoa tende a comparar suas experiências, advindas do mundo, com o mundo como realmente êle é. Esta prova da realidade proporciona à pessoa conhecimentos fidedignos do mundo, para poder comportar-se realisticamente. Algumas percepções, contudo, não são comprovadas, ou o são inadequadamente, e são elas que levam o indivíduo a comportar-se não realisticamente e, até mesmo, em detrimento próprio. Embora Rogers não trate de uma realidade "verdadeira", é evidente que uma pessoa deva possuir alguma visão externa ou impessoal da realidade, pois, do contrário, não poderia comparar uma imagem interior da realidade com uma "objetiva". É importante saber como pode uma pessoa distinguir uma imagem subjetiva, que não seja uma representação correta da realidade, daquela que o é. O que faz a pessoa separar o fato da ficção no seu mundo subjetivo? Este é o grande paradoxo da fenomenologia.

Rogers resolve o paradoxo procurando distanciar-se, nesse momento, da fenomenologia pura. O que uma pessoa experimenta ou pensa, no momento, não é a realidade para ela; é apenas uma hipótese, que pode ou não ser verdadeira. Ela suspende o julgamento até pôr a hipótese à prova. Qual é a prova? Consiste em comparar a exatidão da informação que recebeu, e na qual a sua hipótese se baseou, com outras fontes de informação. Por exemplo, uma pessoa quer salgar sua comida e encontra dois saleiros idênticos, um dos quais contém sal e o outro, pimenta. Acredita que o saleiro com orifício maior contém sal, mas não tem plena certeza e, por isso, coloca um pouco do conteúdo no dorso de sua mão. Se as partículas são brancas, em vez de pretas, assegura-se tratar-se de sal. Uma pessoa sumamente cautelosa pode até levar um pouco à boca, porque existe a possibilidade de que seja pimenta branca, em vez de sal. Temos aqui uma prova das idéias de uma pessoa face a uma variedade de dados sensoriais. A prova consiste em comparar

informações pouco seguras com conhecimentos mais diretos. No caso do sal, a prova final foi saboreá-lo, pois um determinado tipo de sensação o definiu como sal.

3. "O organismo reage ao campo fenomenológico como um todo organizado" (1951, p. 486). O termo *todo organizado* é um conceito organísmico ou holista, popularizado pela psicologia giestaltista, por Goldstein e por outros. Com o uso do termo, Rogers pensa colocar seu ponto de vista à parte de qualquer abordagem segmentária no estudo da pessoa. Rejeita a psicologia do tipo estímulo-resposta, em favor de uma psicologia que dá ênfase "a respostas totais, organizadas, dirigidas para objetivos". "O organismo é, a qualquer momento, um sistema total organizado, no qual a alteração de uma parte produz mudanças em outra" (p. 487).

4. "O organismo possui uma só tendência e um esforço básico — realizar-se, manter-se e desenvolver-se (1951, p. 487). Esta proposição foi tomada de Snygg e Combs e concorda com idéia semelhante, encontrada nos trabalhos de Angyal e Maslow. Baseia-se na suposição de que o organismo é um sistema puramente dinâmico e monístico, no qual um só impulso basta para explicar todo o comportamento. Também supõe que a personalidade se desenvolve segundo direções ditadas pela natureza do organismo. De um lado, só há uma força motivadora, do outro, só há um objetivo na vida.

O organismo estrutura-se segundo linhas traçadas pela hereditariedade. Ele se diferencia, amplia-se, faz-se mais autônomo e mais socializado à medida que vai amadurecendo. Esta tendência básica do crescimento — realizar-se e expandir-se — é melhor vista quando se estuda um indivíduo durante largo período de tempo. Existe um movimento de progresso na vida de qualquer pessoa; é esta motivação a única força com que o terapeuta pode contar a fim de ajudar o cliente a melhorar.

A auto-realização não se faz sem luta e sofrimento, mas a pessoa aceita a luta e suporta o sofrimento porque o impulso criador para crescer é muito forte. A criança aprende a caminhar, apesar das quedas iniciais; o jovem aprende a dançar, apesar do seu desajeitamento e do seu embaraço.

Rogers associa um novo aspecto ao conceito de crescimento, quando observa que a tendência para o progresso só se pode operar quando as escolhas são *claramente percebidas e adequadamente simbolizadas*. Uma pessoa não pode realizar-se senão

quando é capaz de distinguir os modos de comportamento progressivos dos regressivos. Não existe uma voz interna, que informe qual o caminho do progresso, e nenhuma necessidade do organismo que o impulse. A pessoa tem que saber disso antes de fazer escolha e, quando sabe, sempre escolhe crescer e não regredir.

5. "O comportamento é, basicamente, a tentativa do organismo para satisfazer suas necessidades como foram experimentadas, dentro do campo como foi percebido" (1951, p. 491). Esta proposição, que se refere a "necessidades" no plural, não contradiz a noção de um único motivo. Embora haja muitas necessidades, elas se subordinam à tendência básica do organismo, isto é, manter-se e desenvolver-se.

Rogers permanece fiel à sua posição fenomenológica, ao empregar as expressões "como experimentadas" e "como percebido". Contudo, ao discutir essa proposição, Rogers admite que as necessidades podem evocar comportamento apropriado, embora elas não sejam conscientemente experimentadas (adequadamente simbolizadas).

6. "A emoção acompanha e, em geral, facilita o encaminhamento do comportamento a alvos desejados, estando a espécie de emoção relacionada com aspectos exploratórios do comportamento versus aspectos consumatórios; e a intensidade da emoção estando relacionada com o significado percebido do comportamento para o sustento e desenvolvimento do organismo" (1951, p. 493). Esta proposição baseia-se na concepção de emoção desenvolvida por Prescott (1938) e Leeper (1948), segundo a qual as emoções não são destruidoras, mas benéficas ao ajustamento. As emoções excitantes, como a ira, ajudam a pessoa no seu comportamento de busca e esforço, e as emoções mais calmas, como o contentamento, auxiliam a ação consumatória relacionada com o objeto a alcançar. A ira, por exemplo, pode fazer com que uma pessoa se esforce para conseguir alimento, e a satisfação pode facilitar a digestão. A intensidade da emoção varia segundo o significado que a situação tem para a pessoa. Se sua vida estiver em perigo, o temor será grande, mas, se o perigo for insignificante, seu temor será mínimo. Essa concepção das emoções contrasta com as teorias da personalidade nas quais se destacam os efeitos nocivos e perturbadores da ansiedade.

7. "A melhor maneira de compreender o comportamento está no padrão interno de referências, feitas pelo próprio indi-

viduo" (1951, p. 491). Esta afirmativa destaca a fé que Rogers tem nos auto-relatos como fonte de dados psicológicos por excelência. É menos satisfatório compreender uma pessoa através de um padrão externo de referência, isto é, por meio de deduções obtidas por dados de testes, observações, comportamento e ações expressivas, do que por um quadro interno de referências, revelado por atitudes e sentimentos expressos no clima permissivo e de aceitação, como é o da terapia centralizada no cliente.

Rogers reconhece que os auto-relatos não proporcionam uma imagem completa da personalidade, nem expressam todos os fatores que determinam o comportamento. A pessoa pode ter conhecimento das razões de seu comportamento, mas ser incapaz de expressá-las em palavras que expliquem o que ela quer comunicar. Além disso, pode não ter conhecimento de todas as suas experiências e, por isso, não pode expressá-las. Pode também ter conhecimento de suas experiências e ser capaz de expressá-las, mas não ter interesse em fazê-lo. Se obrigamos o cliente, ele pode, intencionalmente, decepcionar o terapeuta.

Apesar dessas falhas dos auto-relatos, Rogers prefere tentar compreender a personalidade e o comportamento do ponto de vista da imagem que o indivíduo faz de si mesmo, conforme revelada no clima favorável da terapia centralizada no cliente.

As sete proposições expostas acima são, basicamente, de caráter fenomenológico e se referem ao comportamento do organismo. A oitava introduz o conceito de *self*, e as demais proposições trabalham esse conceito para elaborar uma psicologia mais ou menos completa do *self*.

8. "Uma porção do campo total perceptivo se diferencia gradativamente para formar o *self*" (1951, p. 497). Rogers concorda com Snygg e Combs, quando diz que o *self* fenomenológico se diferencia do campo fenomenológico total. Esse *self* é a tomada de consciência que a pessoa tem de sua própria existência e do seu próprio funcionamento. Em outras palavras, é o *self*-como-objeto, um conjunto de experiências que possuem a mesma referência, o "eu" ou o "me". Como se diferencia o *self* do campo total? A próxima proposição trata dessa questão.

9. "Como resultado da interação com o meio e, particularmente, como resultado das intenções avaliadoras com outros, forma-se a estrutura do *self*, entendido como um padrão con-

ceitual, organizado, fluído, mas consistente, de percepções de características e relações do "eu" ou do "me", juntamente com valores vinculados a esses conceitos" (1951, p. 498). Entre as muitas discriminações que uma criança aprende estão aquelas que a habilitam a distinguir-se a si mesma, como objeto à parte do meio. Quando aprende esta discriminação, pode perceber que algumas coisas lhe pertencem e outras pertencem ao meio. Também começa a construir um conceito de si mesma, relacionado com o meio. Essas experiências vão sendo valorizadas positivamente ("eu gosto disso") ou negativamente ("eu não gosto disso"). A auto-estrutura "é a imagem organizada, existente na consciência como figura (consciência clara) ou fundo (consciência vaga ou inconsciência) do *self* e do *self-em-relação* (com o meio), juntamente com valores positivos ou negativos que se relacionam com aquelas qualidades e relações, conforme são percebidas como existentes no passado, no presente ou no futuro" (1951, p. 501).

Os valores não somente se associam à auto-imagem como resultado de experiências diretas com o meio, como também se obtêm de outros e são percebidos como se a pessoa os houvesse experimentado diretamente. Rogers considera esse tipo de introdução, ou assimilação, de tanta importância que dele fez o assunto para uma proposição à parte.

10. "Os valores anexos às experiências e os valores que formam parte da estrutura são, em alguns casos, valores experimentados diretamente pelo organismo e, em outros, são valores introjetados ou tomados de outros, mas percebidos de forma distorcida, como se houvessem sido experimentados diretamente" (1951, p. 498). A criança obtém prazer ao fazer muitas coisas pelas quais pode ser punida ou premiada pelos pais. A criança castigada por ter feito algo que, para ela, constitui prazer, encontra-se em conflito entre o desejo de obter prazer e o de evitar a dor. Para solucionar esse conflito, talvez tenha que revisar sua auto-imagem e seus valores de tal forma que seus sentimentos e valores verdadeiros sejam distorcidos. Eis um exemplo típico. Um menino tem uma auto-imagem de bom menino e de ser amado por seus pais, mas também gosta de atormentar sua irmã menor, razão pela qual é castigado. Como resultado desse castigo, é obrigado a revisar sua auto-imagem e seus valores, em uma das seguintes formas; a) "Sou um menino mau"; b) "Meus pais não me querem"; c) "Não gosto de aborrecer minha irmã". Cada uma dessas atitudes pode conter uma distor-

ção da verdade. Suponhamos que tome esta atitude: "Não gosto de aborrecer minha irmã", renegando, dessa forma, seus verdadeiros sentimentos. A negação não significa que os sentimentos deixem de existir; ainda exercerão certa influência em seu comportamento, de várias maneiras, embora não seja ela consciente. Existirá, então, um conflito entre os valores conscientes introjetados e renegados e os valores genuínos e inconscientes. Se um número continuamente crescente dos "verdadeiros" valores pessoais é substituído por valores adquiridos ou assimilados de outros, mas percebidos como próprios, o *self* se tornará uma casa dividida contra si mesma. Esta pessoa se sentirá tensa, incôfortável, de mau humor. Terá a sensação de que, verdadeiramente, não sabe o que é, nem o que quer.

Rogers indica que esses conflitos entre os valores podem ser atenuados pelos que desejam aceitar os valores da criança, embora não os aprovando. Sob essas condições, a criança não necessita sentir-se tão insegura por ser rechaçada, não existe qualquer ameaça à sua auto-imagem e a criança pode desenvolver "um *self* fortemente estruturado, no qual não exista negação nem distorção de experiências" (1951, p. 503).

11. "A proporção que ocorrem as experiências na vida de uma pessoa, elas são (a) simbolizadas, percebidas e organizadas em alguma relação com o *self*; (b) são omitidas, porque não existe qualquer relação percebida com a estrutura pessoal; (c) é rejeitada sua simbolização, ou lhes é dada uma simbolização distorcida, porque a experiência não é coerente com a estrutura do *self*" (1951, p. 503). Esta proposição declara, com efeito, que a percepção é seletiva, e o critério básico para a seleção é ver se a experiência é coerente com a auto-imagem do momento. Quando uma pessoa tem uma imagem de faminto, seleciona, da multidão dos estímulos, aqueles relacionados com a satisfação da fome e fará caso omissos dos que não o são. Isso significa que é a auto-imagem atual que determina os tipos de experiências que serão aceitas.

Negar a experiência não significa o mesmo que fazer caso omissos dela. Negar significa falsificar a realidade, ou alegando que não existe, ou tendo dela uma percepção distorcida. Uma pessoa pode negar seus sentimentos agressivos, porque são incoerentes com a imagem que tem de si mesma, como pessoa pacífica e amiga. Em tal caso, é possível que os sentimentos rejeitados possam expressar-se por meio de uma simbolização distorcida, como, por exemplo, projetando esses sentimentos em

outras pessoas. Rogers indica que, via de regra, a pessoa mantém e melhora a auto-imagem que está em completo desacordo com a realidade. Uma pessoa que se considera sem valor excluirá de seus conhecimentos as evidências que contradigam essa imagem, ou reinterpretará a evidência para torná-la congruente com sua sensação de falta de mérito. Por exemplo, se recebe uma promoção no trabalho, dirá que "o chefe sentiu pena de mim", ou dirá "não o mereço". Algumas pessoas chegam a desempenhar mal a nova função, a fim de provar a si mesmas e aos outros que não têm mérito.

Como pode uma pessoa negar uma ameaça à auto-imagem, sem, primeiro, tomar conhecimento da ameaça? Rogers diz que existem níveis de discriminação abaixo do nível de conhecimento consciente, e que o objeto da ameaça pode ser percebido inconscientemente, ou "sub-aceito" — para usar um termo introduzido por McCleary e Lazarus (1949) — antes de ser percebido. O objeto ou situação de ameaça, por exemplo, pode produzir reações viscerais, como palpitações experimentadas conscientemente, como sensações de ansiedade, sem que a pessoa saiba identificar a causa do distúrbio. Sensações de ansiedade evocam o mecanismo de negação, ou repressão, que impede que as experiências de ameaça se tornem conscientes.

12. "A maioria das formas de comportamento adaptadas pelo organismo são as coerentes com o conceito de *self*" (1951, p. 507). Esta proposição constitui o tema do livro de Lecky *Self-consistency* (1945), e é discutida no capítulo sobre a teoria organísmica. Se esta proposição é verdadeira, então a melhor forma de produzir mudanças no comportamento seria, primeiro, efetuar modificações no conceito de *self*. É exatamente isso o que pretende a terapia centralizada no cliente. A terapia centralizada no cliente é terapia centralizada no *self*.

13. "O comportamento pode, em alguns casos, ser produzido por experiências e necessidades orgânicas não simbolizadas. Tal comportamento pode estar em desacordo com a estrutura do *self*, mas, nesses casos, o comportamento não é 'propriedade' do indivíduo" (1951, p. 509). Esta proposição suplementa a anterior, porque alguma parte do comportamento de uma pessoa está, claramente, em desacordo com sua estrutura própria. Quando uma pessoa viola sua própria consistência, tende a dizer "estava fora de mim" ou "isso não era meu", ou "por que fiz isso?", ou "alguma coisa me influenciou", ou "fi-lo apesar de

min mesmo". Em outras palavras, renuncia ao comportamento para poder manter a imagem de sua própria consistência.

Considerando-se as proposições 12 e 13 conjuntamente, parece que Rogers reconhece dois sistemas reguladores do comportamento: o *self* e o organismo. Esses dois sistemas podem ou trabalhar conjuntamente, em harmonia e cooperação, ou opor-se um ao outro. Se se opõem mutuamente, o resultado é a tensão, o desajustamento, de acordo com a proposição 14; se trabalham conjuntamente, a consequência é o ajustamento, de acordo com a proposição 15.

14. "O desajustamento psicológico existe quando o organismo nega, ao consciente, experiências sensoriais e viscerais importantes que, conseqüentemente, não são simbolizadas e organizadas na Gestalt da estrutura pessoal. Quando ocorrer essa situação, há uma tensão psicológica básica ou potencial." (1951, p. 510).

15. "O ajustamento psicológico existe quando o conceito de *self* é tal que as experiências sensoriais e viscerais do organismo são, ou podem ser, assimiladas em um nível simbólico, num relacionamento coerente com o conceito de *self*" (p. 513). Como o *id* e o *ego* de Freud, ou como o consciente e o inconsciente de Jung, Rogers tem seus dois sistemas, ou seja, o organismo e o *self*, que podem opor-se um ao outro. O organismo pode evitar que as experiências que não são coerentes com o *self* se tornem conscientes e o *self* está dotado da capacidade de selecionar as experiências que são coerentes com sua estrutura. As conseqüências de uma dicotomia organismo-*self* e a oposição entre eles são elaboradas na proposição seguinte.

16. "Qualquer experiência incoerente com a organização ou estrutura do *self* pode ser percebida como ameaça e, quanto mais dessas percepções existam, mais rigidamente a estrutura pessoal se organiza para manter-se" (1951, p. 515). O *self* constrói defesas contra as experiências ameaçadoras por meio da negação delas ao consciente. À medida que procede dessa forma, a auto-imagem se torna menos congruente com a realidade organizacional, com o resultado de que se requerem mais defesas para manter a imagem falsa sustentada pelo *self*. O *self*, dessa forma, perde contato com as experiências verdadeiras do organismo e a oposição crescente entre a realidade e o *self* cria tensão. Em conseqüência, a pessoa se torna cada vez mais desajustada.

Como pode ser melhorada essa situação? A integração harmoniosa do *self* e do organismo pode ser obtida por meio da terapia centralizada no cliente, o que constitui as "determinadas condições" da proposição seguinte.

17. "Sob determinadas condições que incluem, fundamentalmente, a ausência total de ameaça à estrutura pessoal, as experiências que estejam em desacordo com ela podem ser percebidas e examinadas, e a estrutura do *self* revisada para assimilar e incluir tais experiências" (1951, p. 517).

Na terapia centralizada no cliente a pessoa se encontra em uma situação sem ameaças já que o conselheiro aceita, plenamente, tudo o que o cliente diz. Esta atitude amável, de aceitação por parte do conselheiro, anima o cliente a explorar seus sentimentos inconscientes e trazê-los à consciência. Lentamente tenta explorar os sentimentos não simbolizados que ameaçam sua segurança. Sentindo-se a pessoa segura nas relações terapêuticas, esses sentimentos, anteriormente ameaçadores, podem ser incorporados à estrutura pessoal. A incorporação pode requerer uma reorganização drástica no conceito que o cliente tem de si mesmo, para adequá-lo à realidade da experiência organísmica. "Ele *será*, de modo mais unificado, o que é organísmicamente, e essa parece ser a essência da terapia" (1955c, p. 269). Rogers admite que algumas pessoas talvez sejam capazes de realizar esse processo sem a terapia.

Um benefício social de importância, obtido da aceitação e assimilação de experiências às quais foi negada simbolização, é que a pessoa se torna mais compreensiva e aceita melhor os outros. Esta idéia se expressa na próxima proposição.

18. "Quando o indivíduo percebe e aceita, em um só sistema coerente e integrado, todas as suas experiências sensoriais e viscerais, então ele se torna, necessariamente, mais compreensivo e aceita melhor os outros" (1951, p. 520). Uma pessoa que se coloca em posição defensiva inclina-se a sentir-se hostil em relação aos outros, cujo comportamento, a seus olhos, representa seus sentimentos negados. Quando uma pessoa se sente ameaçada por impulsos sexuais, pode tender a criticar os outros, cujo comportamento lhe parece de colorido sexual. Por outro lado, se aceita seus próprios sentimentos sexuais e hostis, é mais tolerante quando os vê nos outros. Em consequência, suas relações sociais melhorarão, e a incidência de conflito social diminuirá. Rogers acredita que as implicações so-

ciais desta proposição "são de modo a estimular a imaginação" (p. 522). Ela pode, até, conter a chave da abolição eventual das contendas internacionais.

Em sua última proposição, Rogers indica a importância, para um saudável ajustamento, de um permanente exame dos valores pessoais.

19. "A medida que a pessoa percebe e aceita em sua auto-estrutura mais do que suas experiências orgânicas, verifica que está substituindo seu sistema atual de valores — baseado amplamente em introjeções, que foram deformadamente simbolizadas — por um processo contínuo de avaliação" (1951, p. 522). A ênfase recai sobre as palavras *sistema* e *processo*. A palavra *sistema* tem o sentido de algo fixo e estático, enquanto que *processo* significa que algo está ocorrendo. Para um ajustamento saudável e integrado, deve a pessoa avaliar constantemente suas experiências para averiguar se requerem alguma mudança na estrutura de valores. Qualquer conjunto fixo de valores tenderá a proibir que a pessoa reaja eficientemente a novas experiências. A pessoa deve ser flexível a fim de ajustar-se adequadamente às novas condições de vida.

A esse respeito Rogers pergunta se um processo contínuo de avaliação de experiências, em termos puramente pessoais, poderia resultar em anarquia social. Ele acredita que não. Todas as pessoas têm "basicamente as mesmas necessidades, inclusive a necessidade de ser aceito pelos outros" (p. 524). Em consequência, seus valores possuirão alto grau de comunidade (p. 524).

Ao concluir sua discussão sobre as proposições, Rogers resume seu ponto de vista da seguinte forma:

Esta teoria é, fundamentalmente, fenomenológica quanto ao caráter, e depende grandemente do conceito de *self* como elemento explanatório. Descreve o ponto final do desenvolvimento da personalidade como sendo uma congruência básica entre o campo fenomenológico da experiência e a estrutura conceitual do *self* — situação que, consumada, representaria liberdade de tensão e ansiedade internas, e liberdade de tensão potencial; representaria o máximo de adaptação orientada para a realidade; significaria o estabelecimento de um sistema individualizado de valores, possuindo considerável identidade com o sistema de valores de qualquer outro membro da raça humana bem ajustado (1951, p. 532).

Recentemente ele fez nova apresentação de sua teoria da personalidade, ainda não publicada (1955a), em que introduz três novos conceitos de unificação. São eles (1) necessidade de apreço positivo, (2) necessidade de auto-apreço, 3) condições de valor.

A necessidade de apreço por parte dos outros, que se supõe ser universal, embora não necessariamente inata, desenvolve-se à medida que emerge a tomada de consciência do *self*. Essa necessidade pode tornar-se mais predominante do que o processo valorativo do organismo, de sorte que o indivíduo busca a estima dos outros mais do que realiza experiências valorizadas pelo organismo.

Como conseqüência de experiências com a satisfação ou a frustração da necessidade de estima positiva, a pessoa adquire a necessidade de auto-estimar-se. Essa necessidade pode funcionar independentemente de relações interpessoais, de sorte que a auto-estima é experimentada em relação com qualquer tipo de experiência.

Finalmente, como resultado do funcionamento seletivo da necessidade de auto-estima, são adquiridas as condições de valor. Uma condição de valor é qualquer condição que ajude a pessoa a evitar ou encontrar experiências que são menos ou mais dignas de auto-estima.

Esses três conceitos são de utilidade para ajudar a explicar as discrepâncias entre o *self* e a experiência, discrepâncias no comportamento, experiências ameaçadoras e processos de defesa, e o processo de reintegração.

PESQUISA, CARACTERÍSTICA E MÉTODOS DE PESQUISA

Rogers tem sido um pioneiro no campo do aconselhamento e da psicoterapia e a ele se deve grande parte do mérito de ter estimulado e conduzido investigações a respeito da natureza dos processos que ocorrem durante o tratamento clínico. Estudos bem controlados de psicoterapia são sumamente difíceis de planejar e executar, pois a natureza do clima psicoterapêutico é muito sutil e pessoal. Os terapeutas recusam-se a subordinar o bem-estar do paciente às necessidades da pesquisa permitindo qualquer invasão na intimidade do consultório. Contudo, Rogers mostrou que a gravação da sessão terapêutica não causa qualquer transtorno ao tratamento. De fato, tanto o terapeuta quanto o paciente logo se esquecem da presença do microfone e

se portam com toda a naturalidade. O acúmulo de um conjunto de transcrições exatas de sessões de terapia, por Rogers e seus associados, tornou possível o estudo do curso do tratamento de forma objetiva e quantitativa. Graças a seus esforços começamos a aprender algo sobre os processos de psicoterapia. (Ver Rogers e Dymond, 1954; Seeman e Raskin, 1953).

Embora os estudos empíricos iniciados por Rogers e seus associados se tenham concentrado sobretudo na compreensão e elucidação da natureza da psicoterapia e na avaliação dos seus resultados, muitas de suas descobertas se referem diretamente à teoria do *self* desenvolvida por Raimy (1943) e Rogers. De fato, a formulação sistemática, de uma teoria do *self*, feita por Rogers, foi ditada pelas descobertas da investigação; não foi um ponto de vista preconcebido que determinou a natureza e a direção nem da terapêutica, nem da investigação. Sobre esse assunto diz Rogers: "O *self* durante muitos anos tem sido um conceito pouco popular na psicologia, e os que se dedicaram à terapêutica centralizada no cliente realmente não apresentavam tendência ao uso do *self* como conceito explanatório" (1951, p. 136).

Depois da formulação da teoria do *self* Rogers vem ampliando o programa de investigação sobre a terapêutica para incluir provas de inferências de sua teoria da personalidade.

ESTUDOS QUALITATIVOS. Muitas idéias de Rogers a respeito da personalidade têm sido explicadas por um procedimento qualitativo e direcional que consiste de uma demonstração, por extratos da gravação das verbalizações do cliente, do que é seu auto-retrato e quais as modificações que ocorrem nele durante a terapia. A literatura sobre a terapia não diretiva, ou centralizada no cliente, está cheia de exemplos desse tipo (Rogers, 1942, 1948, 1951; Rogers e Dymond, 1954; Rogers e Wallen, 1946; Muench e Rogers, 1946; Snyder *et al.*, 1947). Rogers mesmo parece sentir preferências por esse modo de apresentação de suas idéias, embora, claro está, não considere os extratos de histórias de casos como provas da validade de sua teoria sobre a personalidade. São utilizados mais para permitir que o leitor conheça os fenômenos típicos que ocorrem durante as sessões de terapia e para indicar os tipos de experiências que necessitam de explanação.

ANÁLISE DO CONTEÚDO. Este método de investigação consiste na formulação de um conjunto de categorias por meio das quais as verbalizações do cliente podem ser classificadas e con-

tadas. Em uma investigação pioneira, Porter (1943) formulou a base para muitos dos trabalhos posteriores sobre a categorização do conteúdo das histórias das entrevistas de aconselhamento, ao demonstrar que este método de análise produz resultados seguros. Em outro estudo, realizado por um discípulo de Rogers (Rainy, 1948), foi feita uma análise das mudanças características a respeito das auto-referências durante a terapia. Para isso Rainy utilizou-se das seguintes categorias: auto-referência positiva ou de aprovação; auto-referência negativa ou de desaprovação, auto-referência ambivalente, auto-referência ambígua, referências a objetos e pessoas, e perguntas. Os informes, transcritos de catorze casos que tiveram de duas a vinte e uma entrevistas, foram especificados e organizados nas seis categorias anteriores, e foi contado o número, em cada categoria, nos estágios sucessivos do aconselhamento. Verificou-se que, no início da terapia, os clientes ofereciam maior número de auto-referências desaprovadoras ou ambivalentes e que, no prosseguimento, ocorriam flutuações na auto-aprovação com um incremento da ambivalência. Ao encerrar-se o aconselhamento, os clientes que haviam melhorado ofereciam quantidade preponderante de declarações de autoaprovação, e os que não haviam melhorado continuavam ambivalentes, censurando-se. Outros investigadores (Snyder, 1945; Lipkin, 1948; Seeman, 1949) obtiveram, substancialmente, o mesmo resultado.

Em outro grupo de estudos, utilizando-se a análise do conteúdo, foi feita tentativa para testar a proposição segundo a qual, à medida que uma pessoa se vai aceitando a si mesma, também tende mais a aceitar os outros. Foram formuladas categorias de sentimentos positivos, negativos e ambivalentes a respeito da pessoa e dos outros, aplicando-se essas categorias aos casos em tratamento. Em um estudo (Seeman, 1949), o número de auto-referências positivas aumentou, e o número de auto-referências negativas diminuiu, durante o tratamento, sem qualquer mudança correspondente nos sentimentos para com os outros. Outro investigador (Stock, 1949), utilizando método semelhante de análise do conteúdo, não pôde encontrar qualquer evidência de que mudanças no sentimento próprio ocorram antes de mudanças nos sentimentos em relação aos outros, ou que produzam essas mudanças. Em uma terceira investigação (Sheerer, 1949), obteve-se algum apoio para a proposição, embora as mudanças de atitude para com os outros não fossem nem tão marcantes nem tão regulares como os aumentos na aceita-

ção de si mesmo. A investigação mais recente da proposição (Gordon e Cartwright, 1954), na qual foram empregados vários testes e escalas em lugar da análise do conteúdo, não apoiou a hipótese de que um incremento na auto-aceitação conduz a um aumento na aceitação dos outros.

Contudo, é de interesse que exista uma correlação razoavelmente significativa, .51 no estudo de Sheerer e .66 no estudo de Stock, entre os conceitos próprios e os de outros. Isso significa que, se um indivíduo pensa bem de si mesmo, tende a pensar bem dos outros e, se desaprova a si mesmo, tende a desaprovar os outros. Correlações de quase a mesma importância foram encontradas por Phillips (1951) em uma investigação de sentimentos próprios e sentimentos para com os outros, em vários grupos de pessoas em tratamento.

ESTUDOS DA TÉCNICA Q — O aparecimento da psicólogo inglês William Stephenson, na Universidade de Chicago, foi de grande benefício para Rogers e seus associados. Embora Stephenson não seja um teórico do *self*, os métodos de investigação que desenvolveu se adaptam muito bem à investigação do conceito de *self* pelo método do caso único. Stephenson chama a esses métodos Técnica Q.

Existe uma diferença entre a técnica Q, de Stephenson, e a base lógica sobre a qual se funda, e que ele chama de metodologia Q. As hipóteses lógicas são derivadas da teoria pela metodologia Q, e essas hipóteses podem, então, ser provadas pela técnica Q. Mas o investigador pode utilizar a técnica Q sem utilizar a metodologia Q. Foi o que fizeram Rogers e seus associados. A diferença entre o tipo de investigação utilizado por Stephenson e o efetuado sob a influência de Rogers aparece claramente na comparação dos estudos de Nunnally (1955), discípulo de Stephenson, com os estudos de Butler e Haigh (1954), discípulos de Rogers. Ambos investigaram as modificações nos autoconceitos, antes e depois do tratamento. Nunnally utilizou-se da metodologia Q ao planejar seu experimento e do complemento total das técnicas Q, inclusive a análise fatorial, enquanto que Butler e Haigh utilizaram-se apenas do sistema de sorteio Q e das correlações intrapessoais. Além disso, Nunnally usou apenas um caso, como determina Stephenson, e Butler e Haigh usaram vários casos.

Que é a Técnica Q? Basicamente, é um método de estudo sistemático das noções de uma pessoa a respeito de si mesma, embora possa ser utilizada pra outros fins. Dá-se à pessoa certo número de cartões com afirmações e pede-se-lhe que as classifique em uma distribuição pré-ordenada, segundo uma escala que vai desde as que são mais características até as que são menos características da pessoa. A distribuição aproxima-se de uma distribuição normal e é exatamente a mesma para todas as pessoas em determinado experimento. Esse aspecto constante torna mais rápido o manejo estatístico dos resultados, pois todas as classificações ficam, obrigatoriamente, dentro de uma distribuição cuja média e cujo desvio padrão são os mesmos.

As classificações podem ser feitas não somente a respeito de como a pessoa se vê atualmente, mas também a respeito de como quisera ser — o que se chama a classificação *ideal* — como era quando tinha quinze anos, como é vista por sua mãe, etc. Pode haver tantas classificações, ou variantes, quantas o investigador escolher. Bowdlear (1955), por exemplo, utilizou vinte e cinco classificações, em seu estudo de um paciente epilético em tratamento psicoterápico. Os resultados de um plano muito variado como este podem ser analisados por métodos de correlação, análise fatorial e análise de variância.

Os temas de uma classificação Q podem ser organizados de vários modos. Podem ser formulados de modo a acomodar-se uma teoria da personalidade, e disso se encontram muitos exemplos no livro de Stephenson (1953), ou podem ser selecionados da grande variedade de assuntos obtidos de protocolos terapêuticos, auto-descrições, inventários de personalidade, etc.

Para ilustrar a forma pela qual Rogers e seus associados utilizaram a técnica Q, consideremos o estudo feito por Butler e Haigh (1954). Esses investigadores tinham por objetivo comprovar a suposição de que as pessoas que procuram aconselhamento estão insatisfeitas consigo mesmas e que, após um tratamento bem sucedido, essa insatisfação será reduzida. Os temas da classificação Q, para este estudo, foram escolhidos ao acaso, de um certo número de protocolos terapêuticos. Consistiram de temas como estes: "Sou uma pessoa submissa", "Sou bom trabalhador", "Sou amável", "Sou uma pessoa impulsiva". Antes de iniciar-se o aconselhamento, pediu-se a cada cliente que classificasse suas afirmações de duas formas, de acordo com as seguintes instruções:

Auto classificação: classifique estes cartões de modo a descrever-se a si mesmo, como se vê hoje, desde os que menos se pareçam até os que mais se pareçam com você.

Classificação-ideal: Agora classifique os cartões de modo a descrever seu tipo ideal — a pessoa que mais gostaria de ser.

As distribuições dessas duas classificações foram correlacionadas para cada pessoa. A correlação média entre a auto-classificação e a classificação ideal para o grupo foi de zero, o que prova que não existe qualquer congruência entre a maneira pela qual uma pessoa se vê a si mesma e como gostaria de ser. As mesmas classificações foram feitas por um grupo-controle, constituído de pessoas que foram emparelhadas com o grupo de clientes, mas que não tinham interesse no aconselhamento. A correlação média, para esse grupo, entre a autoclassificação e a classificação-ideal, foi de .58, o que demonstra que um grupo sem tratamento se mostra muito mais satisfeito consigo mesmo do que um grupo em tratamento. Após o aconselhamento (média de 31 sessões por cliente), os clientes foram solicitados, novamente, a estabelecer a autoclassificação e a classificação-ideal. A correlação média entre os dois tipos foi de .34, um aumento significativo sobre o que se obtivera antes do aconselhamento, embora ainda aquém da correlação do grupo-controle. O grupo-controle também foi submetido a novo exame após um intervalo de tempo equivalente ao do grupo de clientes, e a correlação média entre as duas classificações não havia mudado. Outro grupo que aguardou, por um período de sessenta dias, o início do tratamento, não apresentou qualquer mudança nas correlações entre as duas classificações durante esse espaço de tempo.

Como revisão da permanência da mudança ocorrida na auto-estima do cliente durante o tratamento, foi feito um estudo suplementar dos clientes, em período de seis meses a um ano, após o término do tratamento. A correlação média entre a auto-classificação e a classificação ideal foi mais ou menos a mesma que a do término do aconselhamento, isto é, .31 versus .34. Os investigadores concluem que a auto-estima, que eles definem como a congruência entre a autoclassificação e a classificação ideal, aumenta como resultado direto do aconselhamento centralizado no cliente. Pode ocorrer ao leitor que o aumento na correlação de zero a .34 tenha resultado da mudança do conceito de si mesmo na direção do ideal, ou da mudança do ideal na direção do conceito de si mesmo, ou de mudanças em ambas

as direções. Em outro estudo (Rudikoff, 1954), verificou-se que o ideal foi, de algum modo, rebaixado na direção da auto-imagem, durante o tratamento, o que sugere que ambos os tipos de mudança ocorrem.

É de interesse notar algumas das modificações nas correlações individuais que ocorrem entre o pré-aconselhamento, o pós-aconselhamento e o seguimento. Algumas correlações começam em nível bastante baixo, aumentam, marcadamente, durante o tratamento e permanecem as mesmas durante o período de seguimento. A seguinte pessoa, identificada como Oak, exemplifica o que dissemos.

	Pré-aconselhamento	Pós-acons.	Seguimento
Oak	.21	.69	.71
Outros permanecem baixo, como Baac.			
Baac	-.31	.04	-.19
Outros começam baixo, aumentam após o aconselhamento e regredem no período de seguimento.			
Beel	.28	.52	-.04
Para outro tipo de pessoa a correlação começa baixa, aumenta durante o tratamento e continua aumentando após o tratamento			
Bett	-.37	.39	.61

Poder-se-ia pensar que esses diferentes padrões de mudanças se relacionariam com o nível de melhora demonstrado durante o tratamento. Mas não é isso o que ocorre. Quando as pessoas foram divididas em grupo que melhorou e grupo que não melhorou, segundo juízo dos conselheiros e dos protocolos dos testes, os dois grupos não diferiram no que respeita às correlações entre as duas classificações, ao término do aconselhamento, embora, na época da administração das classificações Q, no período de seguimento, tenha havido uma tendência, no grupo que obteve melhora, no sentido de apresentar correlações mais altas.

Butler e Haigh explicam o fato de não se ter encontrado uma relação entre as correlações aumentadas das duas classificações e a melhora, em termos do que eles chamam "classificações defensivas". Classificação defensiva é aquela em que a pessoa oferece uma imagem falseada de si mesma, de modo a parecer bem ajustada, quando a verdade é outra. Por exem-

plo, em outro estudo, a mais elevada correlação, um altíssimo .90, foi obtida por uma pessoa de comportamento nitidamente patológico.

Rogers e seus associados dispensaram muita atenção à defesa, de vez que ela cria sérios problemas relativos à validade dos relatos pessoais. Será verdade, por exemplo, que, quando uma pessoa afirma estar satisfeita consigo mesma, realmente está? O esquema interno de referência oferece uma imagem exata da personalidade? Haigh (1949) fêz estudos especiais sobre o comportamento defensivo e verificou que o mesmo pode revestir várias formas, tais como: negação, fuga, justificação, racionalização, projeção, hostilidade. Durante o tratamento centralizado no cliente, alguns revelam redução no comportamento defensivo, mas outros o reforçam. Haigh, entretanto, tende a diminuir a importância do comportamento defensivo. Supõe que a maior parte desse comportamento constitui uma burla intencional, por parte do cliente, para salvar as aparências. Esse ponto de vista contrasta marcadamente com a teoria psicanalista dos mecanismos de defesa, segundo a qual estes são inconscientes.

Um estudo feito por Friedman (1953) oferece informação adicional a respeito do problema do comportamento defensivo. Três grupos de homens brancos considerados normais, psiconeuróticos e esquizofrênicos paranóides procederam às classificações *Q* (autoclassificação e classificação ideal). A correlação média para os dezesseis homens normais foi de .63; para os dezesseis neuróticos foi de .03; para os dezesseis psicóticos foi de .43. Em outras palavras, os pacientes psicóticos revelaram mais auto-estima do que os neuróticos e não muito menos do que os normais. Friedman chega à conclusão de que "empregar uma alta correlação entre as concepções do *self* e do *self* ideal, como único critério de ajustamento, resultaria em que muitas pessoas desajustadas, particularmente os esquizofrênicos paranóides, seriam categorizadas como bem ajustadas" (p. 73).

Chodorkoff (1954) realizou um estudo em que correlacionou uma medida de defesa com atitudes para consigo mesmo e com a avaliação da personalidade por observadores alheios. Chodorkoff obteve informes pessoais de trinta universitários, solicitando-lhes que classificassem 125 itens em treze grupos, dos mais característicos aos menos característicos. Outros julgadores, que dispunham de informes biográficos, de protocolos de

Rorschach e de resumo de anotações do Rorschach, dados sobre testes de associação de palavras e protocolos do TAT, fizeram uma classificação Q para cada pessoa, utilizando os mesmos 125 itens. Obtêve-se uma medida de defesa perceptiva, expondo-se palavras ameaçadoras e neutras, começando com uma exposição subliminar e aumentando-a, gradualmente, até que a pessoa pudesse reconhecer todas as palavras. Medidas de defesa perceptiva foram calculadas, encontrando-se a diferença entre o limiar do reconhecimento para as palavras neutras e o limiar do reconhecimento para as palavras ameaçadoras. Chodorkoff estava interessado em provar as seguintes hipóteses: (1) Quanto maior a concordância entre a descrição que uma pessoa faça de si mesma e a descrição que outros façam dela, menor defesa perceptiva ela revelará; (2) quanto mais adequado o ajustamento pessoal, menor é a defesa perceptiva. Foram empregadas duas medidas de ajustamento: (1) a lista de escolha múltipla Munroe Inspection Rorschach e (2) as classificações feitas por julgadores sobre onze escalas de ajustamento.

Os resultados confirmaram todas as hipóteses. Quanto maior a concordância entre a autodescrição e a descrição feita por outros, menos defesa perceptiva existe e melhor será o ajustamento pessoal. As pessoas mais bem ajustadas também revelam menor defesa perceptiva.

Esses estudos indicam que o comportamento defensivo constitui importante variável no autojulgamento da pessoa, e que os auto-relatos não são fidedignos no sentido de oferecerem uma imagem da personalidade como a que é obtida de exames feitos por outros.

OUTROS PONTOS DE VISTA EMPÍRICOS. Embora as descrições qualitativas, a análise do conteúdo de protocolos terapêuticos e o uso da técnica Q constituam os principais pontos de vista empíricos de Rogers e seus associados, para o estudo da personalidade, eles empregaram, além disso, muitos outros métodos. Esses métodos consistem em estudar a pessoa por meio de um esquema de referência externo. Foram aplicados, a clientes em tratamento, testes tais como Rorschach (Muench, 1947; Carr, 1949; Haimowitz, 1950; Mosak, 1950; Haimowitz e Haimowitz 1952), TAT (Dymond, 1954; Grummon e John, 1954), Minnesota Multiphasic (Mosak, 1950), Bell Adjustment Inventory (Muench, 1947; Mosak, 1950), Kent-Rosanoff Word Association Test (Muench, 1947). Um dos discípulos de Rogers tam-

bém utilizou índices psicológicos para medir a tensão e a emoção (Thetford, 1949, 1952). Rogers não limitou suas investigações à prova das hipóteses derivadas somente da teoria do *self*.

SITUAÇÃO ATUAL E AVALIAÇÃO

Para que se faça uma avaliação completa da teoria do *self* de Rogers é necessário não esquecer que sua teoria não está concluída. Como prefere manter suas especulações estreitamente relacionadas com dados empíricos, Rogers tende a ser cauteloso nos seus trabalhos teóricos, não elaborando sua teoria mais depressa do que o permitam os resultados dos estudos. Como conseqüência, qualquer crítica à sua teoria deveria ter presente o fato de que esta não foi concluída e se encontra constantemente em revisão e elaboração.

Quando desenvolvia o método do aconselhamento centralizado no cliente, Rogers não se ocupou da teoria da personalidade e, realmente, parecia considerar a teoria como um inconveniente para as atividades terapêuticas. Entretanto, após lançar seus métodos e suas técnicas de aconselhamento, Rogers começou a perceber a necessidade de desenvolver um conjunto de conceitos e suposições, capazes de ajudar a pôr ordem e dar sentido aos informes verbais de seus clientes e a aumentar sua compreensão do cliente como uma pessoa. Em conseqüência, o tipo de teoria para o qual Rogers mostrou interesse é o que se adapta ao tipo de dados colhidos de um método particular de psicoterapia. Convém recordar que o ponto de vista de Rogers a respeito da pessoa foi forjado, em grande parte, pela prática terapêutica. Seria de surpreender que, uma vez formulada uma teoria da personalidade, seus pontos de vista teóricos não influíssem no exercício do aconselhamento.

Como vimos, claramente, em capítulos anteriores, outras teorias da personalidade foram concedidas no consultório. Freud, Jung, Adler, Horney e Sullivan foram psicoterapeutas, e seus pontos de vista sobre a personalidade surgiram de suas experiências ao tratar pacientes emocionalmente desajustados. É curioso que cada um desses teóricos tenha chegado a formulações bem distintas com base em observações semelhantes, isto é, observações proporcionadas por informes verbais dos clientes em situação terapêutica. Em sua maioria, os teóricos orientados para a psicanálise têm sentido a necessidade de interpretar o que os pacientes dizem; recusam-se a atribuir às

declarações dos pacientes o valor aparente que apresentam. Por trás do conteúdo manifesto das expressões do paciente, existe um veio rico, elaborado, de conteúdo latente que meigualmente profundamente na personalidade. Esse conteúdo latente é inconsciente, e a ele se pode chegar por meio de inferências, nunca por meio de observações diretas.

Em contraste com as suspeitas do psicanalista a respeito da verdade expressa pela pessoa, e a sua persistente busca do sentido oculto das coisas, Rogers adota a posição segundo a qual os auto-relatos são de utilidade como fontes diretas de informação a respeito da pessoa. Não há necessidade de investigar nem de interpretar, ou de levar a efeito análise intensiva e intrincada de sonhos, ou de escavar camada por camada os extratos psíquicos, porque, segundo Rogers, a personalidade se revela através daquilo que a pessoa diz a seu próprio respeito. O *self*-como-objeto, que é o tema central da teoria de Rogers, é experimentado conscientemente, e tais experiências, presume-se, podem ser diretamente comunicadas ao investigador. O conceito de motivação inconsciente não desempenha, virtualmente, nenhum papel no pensamento de Rogers. A pessoa é muito aproximadamente aquilo que diz de si mesma. Tal ponto de vista não difere muito das idéias do senso comum a respeito da personalidade que são defendidas pelo homem mediano. Dever-se-ia esperar, portanto, que a teoria do *self* se tornasse mais popular junto ao público do que entre os psicólogos.

A principal crítica que muitos psicólogos fazem à teoria do *self* de Rogers é que ela se baseia em um tipo muito simples de fenomenologia (Veja-se Smith, 1950). Existe abundante evidência de que fatores fora do alcance da consciência motivam o comportamento e que o que uma pessoa diz a seu respeito é colorido e deformado por várias espécies de defesas. Os auto-relatos são notórios por sua falta de fidedignidade, não somente porque a pessoa pode querer enganar o seu interlocutor, como também porque não conhece toda a verdade sobre si mesma. A tomada de consciência não é toda a personalidade. Apesar da evidência em contrário, Rogers sustenta que "o melhor ponto de vista para se compreender o comportamento é o do esquema de referência interno do próprio indivíduo".

A crítica sobre o simplismo não pode ser muito encorajada no momento, porque há indícios de que Rogers, em trabalhos recentes, põe em dúvida, e talvez esteja gradualmente aban-

donando, a idéia de um *self* fenomenológico imperialista que domine a personalidade. Rogers começa a dar-se conta de que uma pessoa pode ter defesas que seriamente deformem seu auto-retrato; reconhece o dilema em que o comportamento defensivo coloca a teoria do *self*. "Alguns pretenderam que o resolvêssemos simplesmente abandonando qualquer tentativa para tomar medidas objetivas do campo fenomenológico" (1954, p. 430). Entretanto Rogers não está preparado para abandonar um ponto de vista que, segundo seu critério, tem sido tão eficiente. "Conseqüentemente, preferimos viver com este dilema até que o compreendamos mais completamente; e, talvez, possamos desenvolver teorias mais precisas, bem como melhores instrumentos para estudá-lo" (1954, p. 431). Contudo, ele não parece estar satisfeito com esta conclusão também, porque poucas páginas adiante levanta esta questão a propósito da "verdadeira" personalidade.

É possível que em lugar dessa simples realidade hipotética tenhamos que reconhecer a existência de vários pontos de vista vantajosos dos quais se possa considerar a pessoa, sendo um deles o conhecimento que a pessoa tem de si mesma. Por certo, nossa evidência sugere a legitimidade e a ordem interna de cada um desses pontos de vista. Existe, também, a possibilidade de que esses sistemas perceptivos estabeleçam relações significativas e predizíveis. Entretanto, continua sob dúvida a existência de uma realidade com a qual deve trabalhar a ciência da personalidade (1954, p. 433).

Rogers refere-se a "pontos de vista vantajosos", como meios de observar e descrever o comportamento. Pode-se, por exemplo, estudar as respostas de uma pessoa a testes padronizados, como no método de Rorschach, no TAT, e no Minnesota Multiphasic Test. Pode-se, também, medir a mudança psicológica que acompanha o aumento da tensão e da emoção. Ou pode-se observar o comportamento de outra pessoa em uma situação de vida normal. Em seu papel de investigador, Rogers não tem hesitado em empregar estes e outros métodos. De modo algum tem limitado suas observações aos auto-informes fenomenológicos, embora tais informes mereçam destaque em sua teoria.

Seja qual fôr o futuro da teoria do *self* de Rogers — mesmo que seu criador decida modificá-la a ponto de não ser mais, basicamente, uma teoria do *self* — ela muito fêz, no sentido de tornar o *self* objeto de investigação empírica. Muitos

psicólogos atribuem status teórico ao *self*, mas é a Rogers que se devem atribuir as formulações a respeito do *self* fenomenológico, formulações que possibilitaram predições e investigações. Nesse sentido esta teoria tem sido extremamente útil.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Básicas

- ROGERS, C. R. *Counseling and psychotherapy; newer concepts in practice*. Boston: Houghton, 1942.
- ROGERS, C. R. Some observations on the organization of personality. *Amer. Psychologist*, 1947, 2, 358-368.
- ROGERS, C. R. *Client-centered therapy; its current practice, implications and theory*, Boston, Houghton, 1951.
- ROGERS, C. R., e DYMOND, Rosalind F. (Eds.) *Psychotherapy and personality change; co-ordinated studies in the client-centered approach*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1954.

Referências

- ALLPORT, G. W. The ego in contemporary psychology. *Psychol. Rev.*, 1943, 50, 451-478.
- BERTOCCHI, P. A. The psychological self, the ego and personality. *Psychol. Rev.*, 1945, 52, 91-99.
- BOWDLKAR, C. Dynamics of idiopathic epilepsy as studied in one case. Tese doutoral não publicada. Western Reserve Univ., 1955.
- BUTLER, J. M. e HAIGH, G. V. Changes in the relation between self-concepts and ideal concepts consequent upon client-centered counseling. In C. R. Rogers e Rosalind F. Dymond (Eds.). *Psychotherapy and personality change; co-ordinated studies in the client-centered approach*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1954, pp. 55-76.
- CARR, A. C. An evaluation of nine nondirective psychotherapy cases by means of the Rorschach. *J. Consult. Psycholog.*, 1949, 13, 196-205.
- CHERIN, I. The awareness of self and the structure of the ego. *Psychol. Rev.*, 1944, 51, 304-314.
- CRADOKOFF, B. Self-perception, perceptual defense and adjustment. *J. abnorm. soc. Psychol.*, 1954, 49, 508-512.
- DYMOND, Rosalind F. Adjustment changes over therapy from Thematic Apperception Test ratings. In C. R. Rogers e Rosalind F. Dymond (Eds.) *Psychotherapy and personality change; co-ordinated studies in the client-centered approach*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1954, pp. 109-120.
- FRIEDMAN, I. Phenomenal, ideal and projected conceptions of self, and their interrelationships in normal, neurotic and paranoid schizophrenic subjects. Tese doutoral não publicada. Western Reserve Univ., 1953. Ver também FRIEDMAN, I. Phenomenal, ideal and projected conceptions of self. *J. abnorm. soc. Psychol.*, 1955, 51, 611-615.

- GORDON, T. e CATWRIGHT, D. The effect of psychotherapy upon certain attitudes toward others. In C. R. Rogers e Rosalind F. Dymond (Eds.) *Psychotherapy and personality change; co-ordinated studies in the client-centered approach*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1954, pp. 167-195.
- GRIMMOND, D. L., e JOHN, Eve S. Changes over client-centered therapy evaluated on psychoanalytically based Thematic Apperception Test scales. In C. R. Rogers and Rosalind F. Dymond (Eds.) *Psychotherapy and personality change; co-ordinated studies in the client-centered approach*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1954, pp. 121-144.
- HAIGH, G. Defensive behavior in client-centered therapy. *J. consult. Psychol.*, 1949, 13, 181-189.
- HAIMOWITZ, Natalie R. An investigation into some personality changes occurring in individuals undergoing client-centered therapy. Tese doutoral não publicada. Univ. of Chicago, 1950.
- HAIMOWITZ, Natalie R., e HAIMOWITZ, M. I. Personality changes in client-centered therapy. In Wolff e J. A. Precker (Eds.) *Success in psychotherapy. Pers. Monogr.* 1952, 3, 63-93.
- HILGARD, E. R. Human motives and the concept of the self. *Amer. Psychologist*, 1949, 4, 374-382. Reimpreso in H. Brand (Ed.) *The study of personality*. New York: Wiley, 1954, pp. 347-361.
- HUNTLEY, C. W. Judgments of self based upon records of expressive behavior. *J. abnorm. soc. Psychol.*, 1940, 35, 398-427.
- JAMES, W. *Principles of psychology*. 2 vols. New York: Holt, 1890.
- KOFFKA, K. *Principles of gestalt psychology*. New York: Harcourt, 1935.
- LOCKY, P. *Self-consistency*. New York: Island Press, 1945.
- LEPPER, R. A. A motivational theory of emotion to replace "emotion as disorganized response". *Psychol. Rev.*, 1948, 55, 5-21.
- LIPKIN, S. The client evaluates nondirective psychotherapy. *J. consult. Psychol.*, 1948, 12, 137-146.
- LUNDHOLM, Helge. Reflections upon the nature of the psychological self. *Psychol. Rev.*, 1940, 47, 110-127.
- MCCLEARY, R. A. e LAZARIUS, R. S. Autonomic discrimination without awareness. *J. Pers.*, 1949, 18, 171-179.
- MEAD, G. H. *Mind, self, and society*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1934.
- MOSAK, H. Evaluation in psychotherapy: a study of some current measures. Tese doutoral não publicada, Univ. of Chicago, 1950.
- MUENCH, C. A. An evaluation of non-directive psychotherapy by means of the Rorschach and other tests. *Appl. Psychol. Monogr.*, 1947, n.º 13.
- MUENCH, G. A. e RIMERS, C. R. Counseling of emotional blocking in an aviator. *J. abnorm. soc. Psychol.*, 1946, 41, 207-215.
- NUNNALLY, J. C. An investigation of some propositions of self-conception: the case of Miss Sun. *J. abnorm. soc. Psychol.* 1955, 50, 87-92.

- PHILLIPS, E. I. Attitudes toward self and others: a brief questionnaire report. *J. consult. Psychol.*, 1951, 15, 79-81.
- PORTER, E. H., Jr. The development and evaluation of a measure of counseling interview procedures. *Educ. psychol. Measmt.*, 1943, 3, 105-126, 215-238.
- PRESCOTT, D. A. *Emotion and the educative process*. Washington: American Council on Education, 1938.
- RAIMY, V. C. The self-concept as a factor in counseling and personality organization. Tese doutoral não publicada, Ohio State Univ., 1943.
- RAIMY, V. C. Self-reference in counseling interviews. *J. consult. Psychol.*, 1948, 12, 153-163.
- ROGERS, C. R. *The clinical treatment of the problem child*. Boston: Houghton, 1939.
- ROGERS, C. R. *Counseling and psychotherapy; newer concepts in practice*. Boston: Houghton, 1942.
- ROGERS, C. R. Some observations on the organization of personality. *Amer. Psychologist*, 1947, 2, 358-369.
- ROGERS, C. R. *Dealing with social tensions: a presentation of client-centered counseling as a means of handling interpersonal conflict*. New York: Hinds, 1948.
- ROGERS, C. R. *Client-centered therapy: its current practice, implications and theory*. Boston: Houghton, 1951.
- ROGERS, C. R. A theory of therapy, personality and interpersonal relationships, as developed in the client-centered framework. Manuscrito não publicado, 1955a.
- ROGERS, C. R. The concept of the fully functioning person. Manuscrito não publicado, 1955b.
- ROGERS, C. R. Persons or science? A philosophical question. *Amer. Psychologist*, 1955c, 10, 267-278.
- ROGERS, C. R. e DYMOND, Rosalind F. (Eds.) *Psychotherapy and personality change; co-ordinated studies in the client-centered approach*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1954.
- ROGERS, C. R. e WALLEN, J. L. *Counseling with returned servicemen*. New York: McGraw, 1946.
- RUDIKOFF, Esselyn C. A comparative study of the changes in the concepts of the self, the ordinary person and the ideal in eight cases. In C. R. Rogers e Rosalind F. Dymond (Eds.) *Psychotherapy and personality change; co-ordinated studies in the client-centered approach*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1954, pp. 85-98.
- SARBIN, T. R. A preface to a psychological analysis of the self. *Psychol. Rev.*, 1952, 59, 11-22.
- SCHERER, M. Review of *The psychology of ego involvements* by M. Sherif and H. Cantril. *J. abnorm. soc. Psychol.*, 1948, 43, 106-112.
- SEEMAN, J. A study of the process of non-directive therapy. *J. consult. Psychol.*, 1949, 13, 157-168.

- SERMAN, J., e RASKIN, N. J. Research perspectives in client-centered therapy. In O. H. Mowrer (Ed.) *Psychotherapy*. New York: Ronald Press, 1953, pp. 205-234.
- SHERZER, Elizabeth T. An analysis of the relationship between acceptance of and respect for self and acceptance of and respect for others in ten counseling cases. *J. consult. Psychol.*, 1949, 13, 169-175.
- SHERIF, M. e CANTRIL, H. *The psychology of ego-involvements*. New York: Wiley, 1947.
- SMITH, M. B. The phenomenological approach in personality theory: some critical remarks. *J. abnorm. soc. Psychol.*, 1950, 45, 516-522.
- SNYDER, W. U. An investigation of the nature of nondirective psychotherapy. *J. gen. Psychol.*, 1945, 33, 193-223.
- SNYDER, W. U., et al. *Casebook of nondirective counseling*. Boston: Houghton, 1947.
- SNYGG, D., e COMBS, A. W. *Individual behavior*. New York: Harper 1949.
- STEPHENSON, W. *The study of behavior*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1953.
- STOCK, Dorothy. An investigation into the interrelations between self-concept and feelings directed toward other persons and groups. *J. consult. Psychol.*, 1949, 13, 176-180.
- SYMONDS, P. M. *The ego and the self*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1951.
- THETFORD, W. N. The measurement of physiological responses to frustration before and after nondirective psychotherapy. Tese doutoral não publicada, Univ. of Chicago, 1949.
- THETFORD, W. N. An objective measurement of frustration tolerance in evaluating psychotherapy. In W. Wolff e J. A. Precker (Eds.) *Success in psychotherapy, Pers. Monogr.* 1952, 3, 26-62.
- WOLFF, W. The experimental study of forms of expression. *Character & Pers.*, 1933, 2, 168-176.
- WOLFF, W. Involuntary self-expression in gait and other movements: an experimental study. *Character & Pers.*, 1935, 3, 337-344.